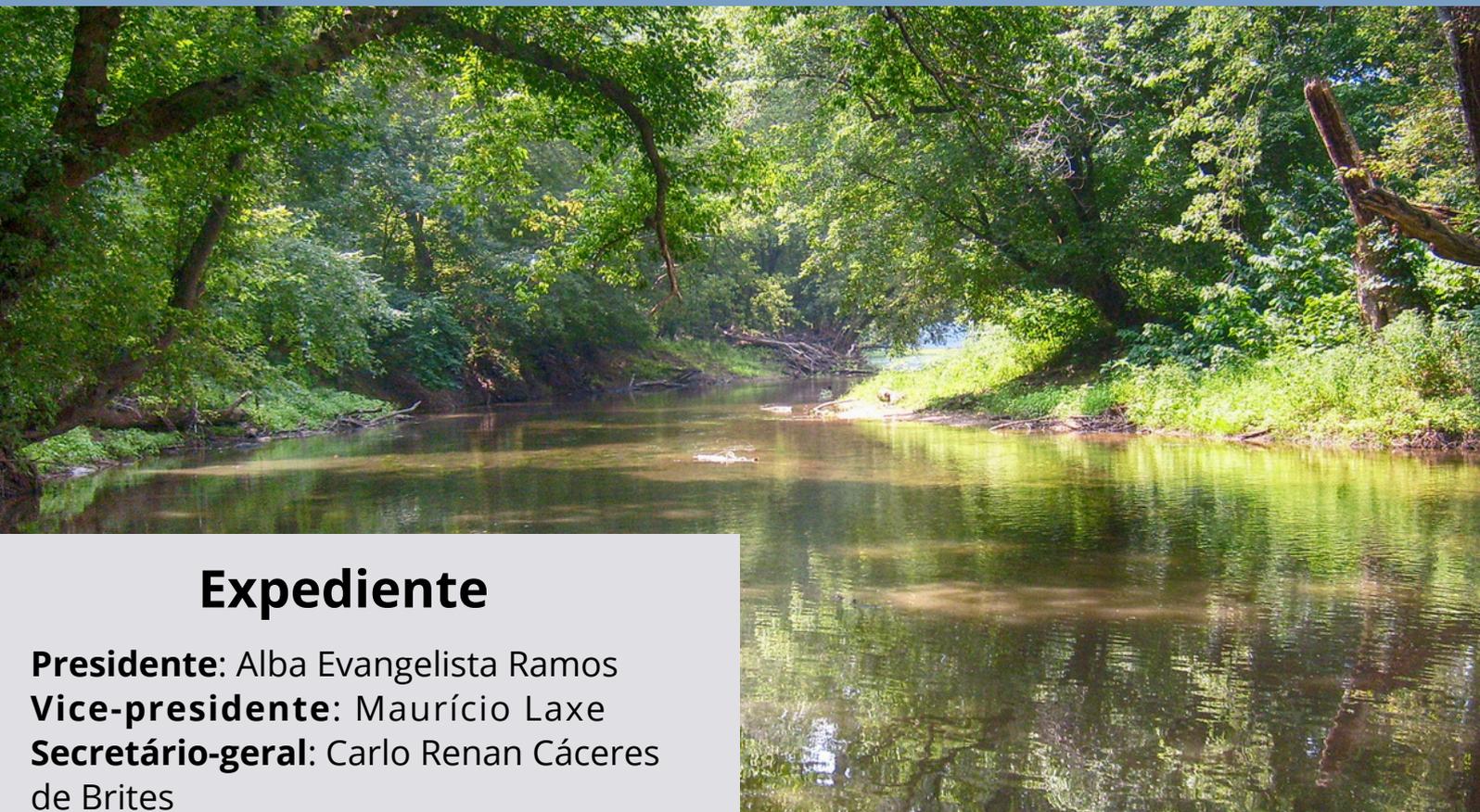


# INFORMATIVO CBH PARANAÍBA- DF



## Expediente

**Presidente:** Alba Evangelista Ramos

**Vice-presidente:** Maurício Laxe

**Secretário-geral:** Carlo Renan Cáceres de Brites

### Equipe ABHA DF

**Supervisora administrativa:** Karine Karen

**Auxiliar administrativa:** Camila Areal

**Assessora de Comunicação:** Mariana Libânio

### Escritório de apoio

**ABHA Gestão de Águas :**

SAUS quadra 4 lote 09/10,

sala 934. Ed. Victoria Office Tower Brasília

Cep: 70070938

Brasília - DF

## Sobre

Um trimestre de muitas atividades e mudanças na composição da diretoria.

O intenso debate sobre a cobrança, seus impactos e desdobramentos reuniu os três comitês de bacias em torno de um propósito comum: garantir a viabilidade e plena implantação da cobrança no Distrito Federal.

Destaque também para a participação dos comitês no 2º Fórum Brasil da Águas.

## PALAVRA DO COMITÊ

Mais dois anos à frente da gestão!

Assumimos novamente o desafio de liderar o CBH Paranaíba-DF. Agora, com uma pequena mudança na diretoria. Mauricio Laxe, representante do ICMBio (poder público), se juntou ao time no lugar de Anne Caroline Lobo, representante da Emater-DF (poder público), a quem expresso nossos agradecimentos!

O CBH Paranaíba-DF tem pela frente algumas tarefas previstas seu Plano de Recursos Hídricos. Uma delas envolve a implementação da cobrança, que ainda não está plenamente efetivada, além da revisão do enquadramento dos corpos hídricos conforme os usos preponderantes.

O comitê tem se mostrado bastante ativo no Distrito Federal, como evidenciado pelos diversos convites para palestras em eventos, incluindo audiências públicas na Câmara Legislativa do DF e na Câmara dos Deputados. Além disso, temos participado de várias reuniões do Comitê de Gestão Participativa e do Grupo de Trabalho Interinstitucional que estava elaborando a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Este instrumento define como ocorrerá a ocupação do território do DF nos próximos dez anos.

O CBH manifestou preocupação com a segurança hídrica no DF. O crescimento populacional requer novas áreas urbanas, que tendem a se expandir para regiões de recarga e áreas de produção de água. O CBH tem defendido a criação de novas Áreas de Proteção de Manancial, especialmente nas regiões onde o serviço de abastecimento não está integrado aos Sistemas do Descoberto, Santa Maria, Lago Paranoá e Corumbá, o que resulta a cada estação seca, em racionamento de água, durante a estação seca, nessas áreas.

Visando assegurar os usos múltiplos, por meio do instrumento da Cobrança implementado no CBH Paranaíba recursos estão sendo investidos na tubulação de canais de irrigação o que reduz os conflitos entre o abastecimento e a irrigação agrícola. São grandes desafios. A visibilidade do CBH tem sido buscada e o resultado está nos inúmeros convites e oportunidades para o CBH se manifestar. Conseguimos inserir os CBHs no Comitê Gestor das APMs no projeto de lei complementar do PDOT, que representa um avanço.

Todo esforço tem sido feito para o reconhecimento dos CBHs como um ente de Estado integrante do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

*Alba Evangelista Ramos*  
*Presidente do CBH Paranaíba-DF*

# REUNIÃO CONJUNTA DO CRH-DF E COMITÊS DE BACIAS DISTRITAIS REFORÇA IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES ENTRE OS ENTES DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DF



Membros e convidados do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal e Comitês de Bacias Distritais (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) participaram, no dia 3 de abril, da Reunião Conjunta para dialogar pautas de interesse comum.

A primeira parte da reunião foi iniciada com as boas-vindas dadas pelo Suplente do Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Glauco Amorim da Cruz, posteriormente o vice-presidente do CBH Paranaíba, Fábio Bakker, fez uma fala destacando a necessidade do diálogo entre os instrumentos de gestão, os planos de recursos hídricos e os membros, estimulando a integração e participação de todos os envolvidos. Ele ressaltou que trazer aspectos

sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba ainda em fase de construção ao CRH-DF é importante para que o conselho possa se envolver no debate e também contribuir.

Dando seguimento a pauta conjunta dos entes, uma equipe da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), falou sobre a experiência da ANA sobre o enquadramento e informações sobre o PIRH e as estratégias para integração com o CBH Paranaíba-DF.

O coordenador de projetos da ANA, Márcio Araújo, apresentou uma série de ações que vem sendo desenvolvidas pela agência ao longo dos últimos anos, no sentido de estabelecer procedimentos que auxiliem na



integração e troca de informações entre os diversos entes envolvidos na gestão dos recursos hídricos.

A coordenadora de qualidade da água e enquadramento, Ana Paula Generino, complementou a apresentação falando sobre o desafio do enquadramento ao analisar a situação atual da bacia hidrográfica, do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos hídricos. Ela pontuou que os instrumentos precisam atuar de forma a mudar a realidade da bacia e que o enquadramento sozinho não é capaz de promover todas as melhorias necessárias para a recuperação de um corpo hídrico.

Na sequência, o CRH seguiu o seu ponto de pauta que tratou da minuta de moção sobre

Áreas de Proteção de Mananciais (APM), no processo de revisão do PDOT-DF. A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, apresentou uma versão da moção com algumas contribuições.

O documento recomenda à Secretaria de Estado Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, Secretaria de Estado Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal – SEMA que as APMs e as áreas de recarga de aquíferos, no processo de revisão do PDOT ora conduzido pela SEDUH, tenham proteção efetiva no zoneamento do território.

Após apresentação ficou definido que o documento será analisado na próxima reunião do Conselho, para que os membros presentes possam apreciar melhor e analisar os desdobramentos possíveis da Moção.



## ANA E ADASA CAPACITAM COMITÊS DISTRAIS SOBRE COBRANÇA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS

A segunda parte da reunião conjunta entre os comitês de bacias distritais e o Conselho de Recursos Hídricos-DF abordou os estágios da cobrança, exemplos de aplicação de recursos e a experiência em âmbito nacional.

A assessora da superintendência de recursos hídricos da Adasa, Vandete Maldaner, trouxe dados sobre o andamento da cobrança, a expectativa de arrecadação, os setores mais atingidos e os projetos desenvolvidos com os recursos.

Ela ressaltou a importância dos comitês de bacias no processo de debate e aprovação da cobrança pelo uso da água e na próxima etapa de esclarecimento e divulgação dos benefícios. Segundo dados levantados pela agência, o comitê do Paranaíba-DF, terá a maior arrecadação, seguido do Preto-DF e Maranhão-DF.

O coordenador de outorgas da Adasa, Saulo Gregory Luzzi, mostrou os números da outorga

e quem são os usuários atingidos pela cobrança. De acordo com ele, a maioria das outorgas atualmente são de captações superficiais e as principais finalidades pagantes serão para abastecimento humano e irrigação.

Em caso de divergência entre a outorga e a captação, uma das dúvidas levantadas pelo coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto, o outorgado deverá procurar a Adasa para regularizar uso e outorga, a fim de evitar pagamentos indevidos.

O superintendente de recursos hídricos, Gustavo Carneiro, destacou que alguns usuários já estão procurando a Adasa para ajuste de outorga e alertou que a agência

deverá intensificar a fiscalização no próximo ano.

Para esclarecer dúvidas sobre a emissão dos boletos, o servidor Clésio Araújo, da coordenação de arrecadação e cobrança da Adasa, mostrou o passo a passo para a emissão dos boletos no site da Adasa.

A reunião conjunta (60ª RE do CBH Paranaíba-DF, 33ª RE do CBH Maranhão-DF e 25ª RE do CBH Preto-DF) surgiu a partir de uma demanda dos comitês para acelerar a capacitação da cobrança pelo uso da água entre os membros e interessados.



### **A experiência nacional**

Buscando esclarecer questionamentos quanto a aplicação dos recursos da cobrança, as gestoras da ANA, Mariana Lírio e Grace Matos apresentaram um resumo histórico das ações da agência ao

longo dos anos, observando como o aprimoramento de normas, enquadramento de despesas e padronização dos planos de ação ao longo dos anos, permitiu maior eficiência na aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



Muitas dúvidas surgiram durante a reunião quanto a adequação das demandas da bacia aos recursos disponíveis para o custeio, a escolha da entidade delegatária e compras e contratação de serviços. Mariana Lírio salientou que é preciso avaliar a qualidade dos gastos e que várias normas e procedimentos podem ser pactuados entre comitês, entidade delegatária e órgão gestor, definindo as responsabilidades e obrigações nos contratos de gestão.



A reunião conjunta (60ª RE do CBH Paranaíba-DF, 33ª RE do CBH Maranhão-DF e 25ª RE do CBH Preto-DF) surgiu a partir de uma demanda dos comitês para acelerar a capacitação da cobrança pelo uso da água entre os membros e interessados.



## PRESIDENTE DO COMITÊ QUESTIONA A INOBSERVÂNCIA DO PLANO DE BACIAS E DE RECURSOS HÍDRICOS NO PDOT



Durante a Comissão Geral para debater os interesses coletivos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, questiona a ausência do Plano de Bacias no debate sobre a revisão do PDOT. Ela também alerta sobre os riscos ecológicos do processo de urbanização acelerado rumo às áreas de recarga de aquíferos. O PDOT é o principal instrumento das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento dos territórios, definido na Lei Orgânica do Distrito Federal em consonância com o Estatuto da Cidade. A reunião ocorreu no dia 10 de abril.

## 11ª REUNIÃO DO GT MELCHIOR FAZ RETROSPECTIVA DAS AÇÕES, ANALISA AVANÇOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES



Quais os avanços, aprendizados e os desafios do Grupo de Trabalho do Rio Melchior, desde a sua criação, em 2023? Com esse questionamento, o coordenador do GT Melchior, Ricardo Minoti iniciou os trabalhos da 11ª reunião do grupo. Ele elaborou uma síntese das discussões desde a criação do GT até os dias atuais, com o intuito de identificar e concentrar esforços em ações futuras possíveis na bacia.

Uma das reivindicações da comunidade é que parte do rio (a montante), usado de forma recreativa pela comunidade local, alcance, até 2030, na Classe 2 e a outra parte (jusante) chegue a Classe 4.

Foi lembrado durante a reunião, que o Rio Melchior tem função social de corpo receptor de efluentes tratados, e dificilmente estará disponível para outros usos mais exigentes. O coordenador frisou ainda que para se ter a melhora do rio, é preciso trabalhar pela melhora da bacia e seu entorno, por isso o foco do GT em ações mais abrangentes.

O coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto, lembrou que a Adasa possui resolução estabelecendo um limite para Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) nos corpos d'água Classe 4, ou seja, existe um parâmetro de qualidade da água mínimo mesmo em corpos hídricos bastante comprometidos.

Após apresentação do coordenador, foi ressaltada algumas ações que ainda precisam ser operacionalizadas, como a solicitação de estudo da “zona de mistura”, aumento do monitoramento e fiscalização, instalação de placas de sinalização e atividades de educação ambiental para a população local.

### **Projetos na Bacia**

O GT recebeu a coordenadora de Gestão das Águas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, Elisa Meireles (membra representante SEMA no GT), que apresentou algumas iniciativas da secretaria na bacia do Rio Melchior.

De 2018 a 2023, a SEMA, por meio do Projeto CITInova, realizou diagnóstico das áreas prioritárias para recomposição dos corpos d’água, com o propósito de realizar ações de recomposição da vegetação nativa com foco em Áreas de Preservação Permanente - APP degradadas ou alteradas e áreas de recarga de aquíferos.

A partir dos levantamentos, foi escolhida uma área de 100 hectares dentro da ARIE JK (Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubitschek) para a execução do projeto inicialmente, com possibilidade de expansão para outras áreas.

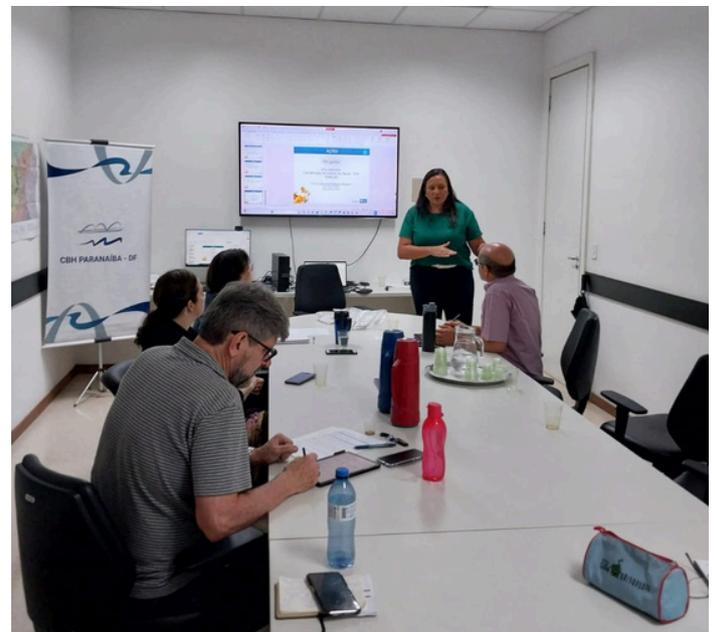
A coordenadora ainda apresentou outras iniciativas pensadas pela SEMA, como ações de educação ambiental nas escolas da região. Ela sugeriu ao comitê pensar em

parcerias com outros entes públicos ou privados, por meio da apresentação de projetos e programas como o do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam-DF), que visa destinar recursos oriundos de multas e compensações ambientais à projetos de recuperação, capacitação e apoio atividades ambientais.

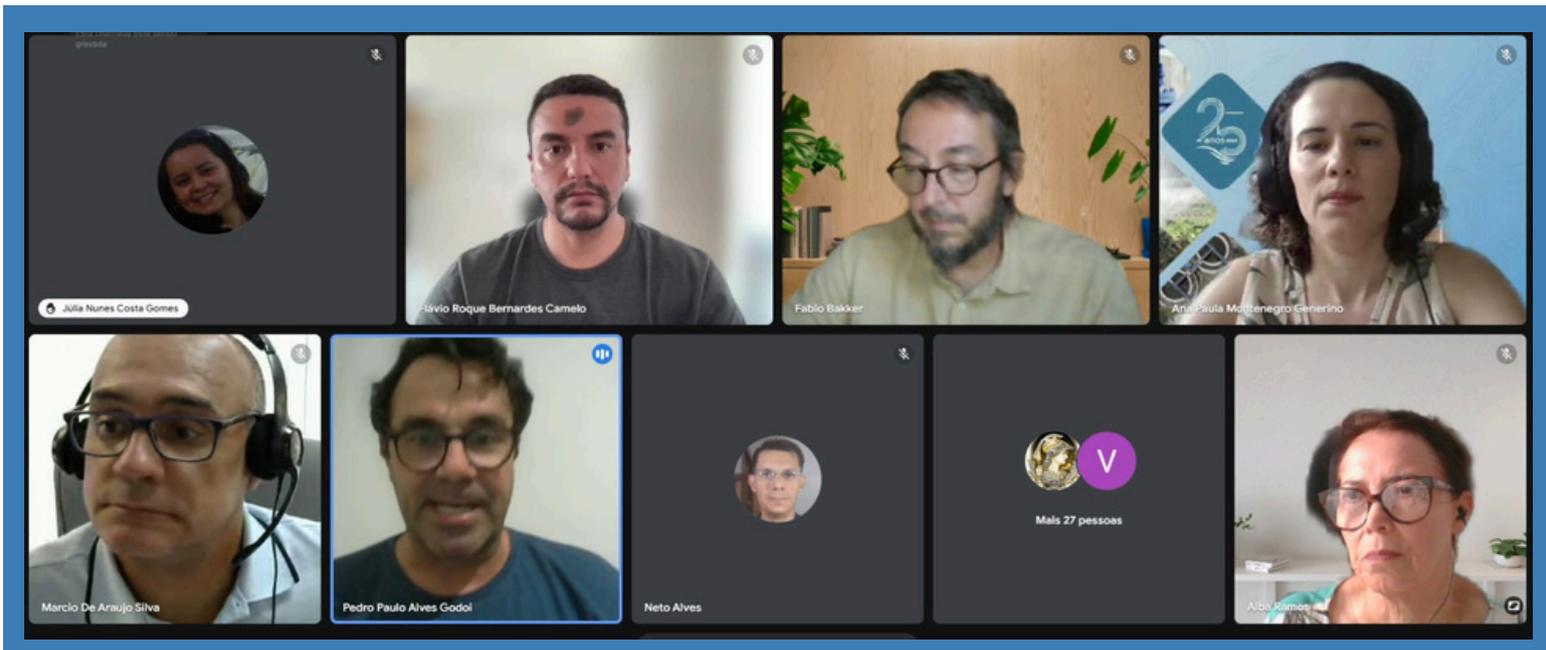
O coordenador do GT completou que é preciso que o grupo de trabalho apresente propostas físicas e exequíveis como resposta do GT à comunidade da bacia, por isso a importância de mapear as iniciativas em andamento.

### **Plano de trabalho**

Ao final das apresentações, o coordenador, Ricardo Minoti propôs que o Plano de Trabalho seja debatido e votado na próxima reunião do grupo.



## CBH Paranaíba-DF participa de Reunião da Comissão de Acompanhamento do PIRH.



Membros do CBH Paranaíba-DF participaram de reunião da Comissão de Acompanhamento do O Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba com o propósito de debater o prognóstico.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, pediu que o plano inclua o estudo de autodepuração das bacias do rio Melchior, Sobradinho e Alagado. Alguns membros também sugeriram uma atualização na base de dados.

As consultas públicas de prognóstico do PIRH Paranaíba encerraram no dia 11 de abril.

O secretário-geral do comitê, Carlo Renan Cáceres Brites compilou documento com sugestões do comitê para o Plano.

## GTEA RECEBE IDEALIZADOR DE PROJETO MODELO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CED AGROURBANO IPÊ

A escola Parque da Natureza e Esportes do Núcleo Bandeirantes recebeu, no dia 24 de abril, a 6ª Reunião do Grupo de Educação Ambiental do CBH Paranaíba-DF. Logo no início das atividades, os presentes aprovaram a síntese dos trabalhos da 5ª reunião, e levantaram temas para composição do plano de trabalho para 2025. Entre as sugestões, a

elaboração de projeto ambiental para aplicação em escolas públicas do Distrito Federal, buscando trabalhar questões relacionadas à água e gênero, preservação de mananciais, recursos hídricos e bem estar. Membros sugeriram os projetos de educação ambiental da Oca do Sol e Unipaz como inspiração para GTEA.



A representante da Caesb, Ercília Ramos, afirmou que a companhia possui projetos de educação ambiental em várias comunidades próximas às bacias, como o da ETA Paranoá, que atua na formação de professores e educadores. O Plano foi aprovado e as propostas levantadas serão trabalhadas na próxima reunião do GTEA, prevista para o segundo semestre.

### **Relatoria**

O representante da Oca do Sol no grupo, Rodrigo Werneck foi eleito relator do GTEA, substituindo Ercília Ramos, da Caesb, que havia encaminhado pedido solicitando a substituição.

### **Palestra**

Dentro da proposta de trazer projetos modelo de educação ambiental em escolas, o GTEA recebeu o professor de Ciências Naturais e Biologia,

Leonardo Teruyuki Hatano, para falar das iniciativas que vem desenvolvendo ao longo dos anos no CED Agroubano Ipê, do Núcleo Bandeirante, no qual fazia parte.

O professor elaborou uma metodologia de projetos para estruturar as atividades propostas na escola, onde conseguiu envolver os alunos, professores e as famílias em ações de sustentabilidade e meio ambiente. Entre as atividades realizadas estão a implantação do reúso da água da chuva, construções de taques para coleta da água e criação de peixes, do filtro de água, da sala ecológica com técnicas de adobe, da sinalização da ARIE, além do sistema de agrofloresta, desenvolvidos dentro do espaço escolar em parceria com entidades públicas, sociedade civil, como Adasa, Emater, UDF, Unipaz, Brasília Ambiental.



Focados na conexão com a realidade dos estudantes e da escola, os projetos também trabalham a conscientização, mobilização e engajamento, se tornaram importantes ferramentas pedagógicas que vem auxiliando os professores e alunos com os conteúdos programáticos.

As iniciativas transformadoras e de impacto socioambiental renderam ao professor Hatano premiações dentro e fora do país. Em 2025 ele passou a compor a equipe da Escola Parque da Natureza e esportes do Núcleo Bandeirantes, onde já planeja ações de monitoramento e acompanhamento da qualidade da água do córrego Vicente Pires, que corta a escola.

Ao final da apresentação, o coordenador do GTEA, Demétrios Christofidis, reafirmou o interesse do grupo em participar e auxiliar nos projetos de educação ambiental nas escolas públicas do Distrito Federal. Ele também sugeriu que o professor faça apresentação dos projetos durante a reunião plenária do CBH Paranaíba-DF.

A representante da Caesb se colocou a disposição da escola para auxiliar no levantamento de informações e dados do córrego.

Ao final da reunião os membros foram até o local por onde o córrego Vicente Pires passa na área da escola.



## CÂMARA TÉCNICA APROVA PLANO DE TRABALHO PARA 2025 COM FOCO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

A 5ª Reunião da Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF aprovou, dia 29 de abril, seu plano de atividades e agenda para 2025. O foco principal dos trabalhos está concentrado no acompanhamento do processo de atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) e também do Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba-DF traçando estratégias necessárias para a execução no que compete ao comitê.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, lembrou do pedido feito pelo GT Melchior para que o Plano de Integração do Paranaíba contemplasse também estudos de autodepuração para o Ribeirão Sobradinho, Rio Melchior e Córrego do Alagado. Em vistas da impossibilidade, informou que o comitê estuda a elaboração de um termo de referência para que seja viabilizado o estudo.



O secretário-geral do comitê, Carlo Renan Cáceres Brites, acrescentou que em caso de negativa, o comitê poderá solicitar os estudos de autodepuração por meio dos recursos da cobrança pelo uso da água.

#### **Plano de trabalho do GTEA**

A CT comentou ainda a respeito da 6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do CBH Paranaíba-DF, realizada na Escola Parque da Natureza e Esportes do Núcleo Bandeirantes, com apresentação de projeto de educação

ambiental modelo em escola do Distrito Federal. Na sequência, analisou e aprovou, com poucas alterações, o Plano de Trabalho do GTEA, que propõe parceria para elaboração de plano de ação nas escolas públicas. O documento agora segue para aprovação na plenária.

#### **Informes**

Também foi aprovada a síntese, elaborada pelo relator Samuel Fonseca, do SLU, referente à última reunião da Câmara Técnica.

## **2ª FÓRUM BRASIL DAS ÁGUAS: COMITÊS DISTRITAIS DEBATEM DESAFIOS E SOLUÇÕES EM TORNO DA ÁGUA.**



Durante 5 dias, o 2º Fórum Brasil das Águas foi palco de importantes debates para o fortalecimento da governança das águas no Brasil. O evento aconteceu do dia 5 ao dia 9 de Maio, em João Pessoa (PB).

Nessa edição estiveram presentes os três presidentes dos comitês distritais, além do secretário do CBH Paranaíba-DF e representantes titulares da Adasa nos comitês de bacias.

Com o tema central Água: Responsabilidade de Todos, o 2º Fórum buscou ampliar o diálogo sobre políticas públicas, inovações tecnológicas e práticas sustentáveis que possam garantir a segurança hídrica no Brasil, que tem enfrentado crises hídricas recorrentes em diversas regiões num contexto de mudanças climáticas.

Foram diversos painéis, com temas variados como mudanças climáticas, fortalecimento das representações na gestão das águas, saneamento básico, água e desenvolvimento, outorga,

fiscalização, entre outros. O corte de recursos destinados ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos também repercutiu durante o Fórum. Isso porque a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, traz cortes no orçamento da ANA, colocando em risco a sustentabilidade orçamentária do setor de recursos hídricos do país.

A 49ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada durante o 2º Fórum Brasil das Águas, aprovou moção recomendando a recomposição do orçamento da ANA em prol da continuidade de ações do SINGREH. O documento também recomenda que os recursos das bacias hidrográficas sejam repassados integralmente aos comitês de bacias onde foram arrecadados e à ANA para que ambos possam desenvolver ações de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de fortalecimento dos entes do SINGREH, além da operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Com informações da ANA



## REUNIÃO CONJUNTA DOS COMITÊS DISTRITAIS PROPÕE ADIAMENTO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA PARA USUÁRIO DE CANAIS

Os comitês de bacias distritais (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) se reuniram, no dia 15 de maio, em reunião conjunta extraordinária de cada CBH para debaterem a suspensão da cobrança da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio do Distrito Federal.

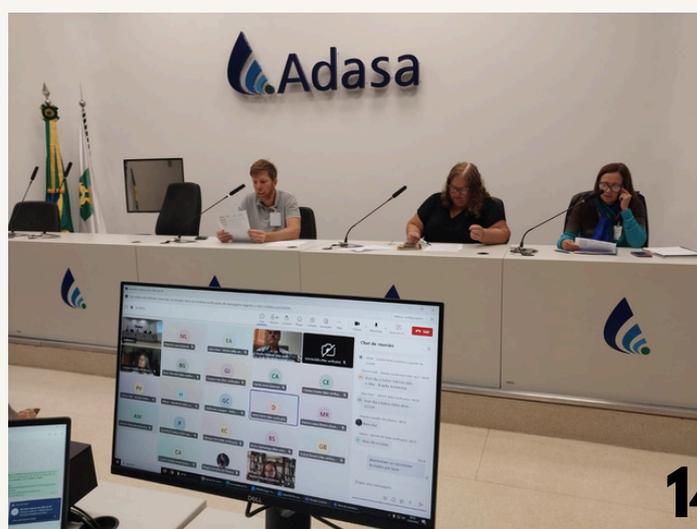
Acatando a um pedido de alguns usuários de canais, majoritariamente da região da Bacia do Rio Preto, a Adasa optou pela suspensão da Cobrança e da TFU no dia 25 de abril. Posteriormente foi feita uma reunião com a diretoria dos comitês para dialogar sobre a melhor forma de construir uma solução no que resultou na convocação desta reunião conjunta.

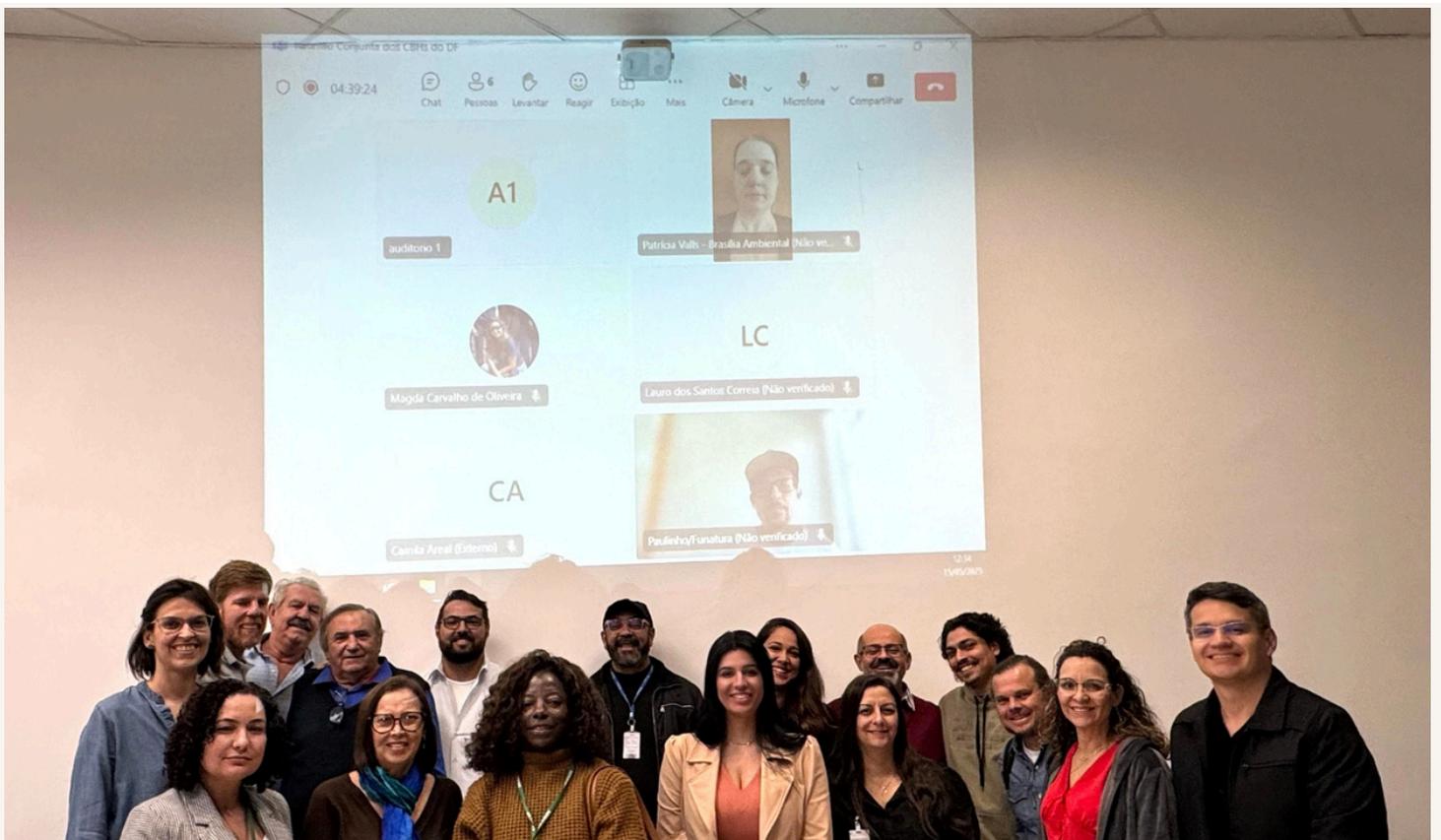
Para iniciar os debates da reunião, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, apresentou uma síntese das discussões, no âmbito do Grupo de Trabalho no Conselho de Recursos Hídricos em 2019, onde mostrou que os índices para cobrança acompanham os parâmetros e índices usados por outros comitês de bacias com os pagamentos instituídos.

O presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, relatou que foi procurado pelos usuários de alguns canais que questionaram os critérios e valores da cobrança para o setor. O argumento é de que os canais são comunitários, de uso coletivo, ligados à associações de produtores e a vazão foi calculada segundo o valor total do consumo e não individualizada por produtor, o que levaria a maioria deles a se encaixar nos critérios de usos insignificantes.

Outro argumento é de que as outorgas estariam desatualizadas e com valores acima dos usos atuais, já que com a tubulação e manilhamento de boa parte dos canais da região, houve redução da captação.

O representante da ABES e coordenador da Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF, Mauro Felizatto, ressaltou a necessidade de atualização das outorgas e de medição dos valores de captação afim de subsidiar tecnicamente às decisões.





Foi destacado pela presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, que parte da tubulação e construção de melhorias aos irrigantes da região é oriunda de recursos da Cobrança pelo uso da água, provenientes da porção federal da bacia. Ela destacou que a população precisa ter em mente que a cobrança reverte em benefícios para a população das bacias.

### **Considerações**

Com intensa participação dos membros na proposição de encaminhamentos possíveis, os apontamentos mais recorrentes foram:

- A grande maioria dos irrigantes é proveniente de agricultura familiar ou cultivo de subsistência, e o comitê deve considerar algumas realidades específicas;
- A suspensão da cobrança não poderia ter sido realizada sem a comunicação e consulta aos comitês;
- A formalização dos ritos é importante e necessária para dar andamento e fortalecimento ao pleito;

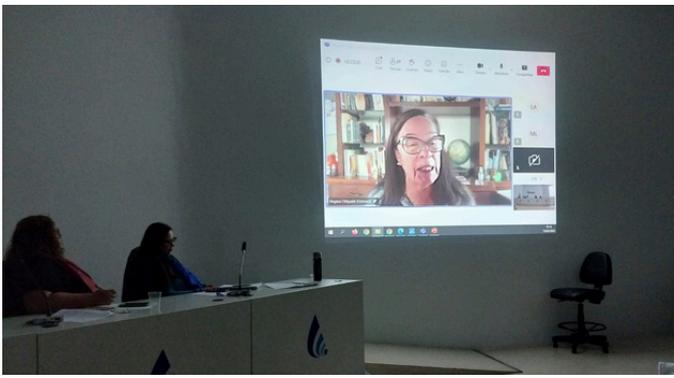
- É preciso intensificar as campanhas de regularização e ajuste das outorgas de acordo com os usos, afim que alcançar o maior número possível de usuários pagantes;
- Aumentar a fiscalização para aferição das outorgas e captações.

O representante da Adasa no CBH Preto-DF, Israel Pinheiro Torres, esclareceu que a suspensão foi cautelar, considerando o vencimento dos boletos, o que poderia tornar parte dos usuários dos canais inadimplentes.

Ao final, foram apresentados quatro encaminhamentos, sendo escolhido, com 14 votos, a proposta que será encaminhada à Adasa com a seguinte redação:

“Adiamento da Cobrança apenas para os usuários de canais até o dia 31 de outubro de 2025. Neste período deverá ocorrer a revisão das outorgas. (Retomar a Cobrança para os demais)”.

Esteve presente na reunião, o diretor presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro, que reiterou a parceria da agência com os comitês de bacias.



A participação dos comitês distritais no 2º Fórum Brasil das Águas também foi pauta da reunião. A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, fez um breve relato sobre os painéis e oficinas do evento, com destaque para a elaboração de uma moção criticando o

contingenciamento no orçamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, o que deverá afetar o funcionamento dos comitês de bacias no país. Ela ressaltou que a aprovação da moção também foi levada aos debates do Conselho Nacional de Meio Ambiente, pelos representantes dos comitês.



## MINISTÉRIO PÚBLICO QUER CRIAR GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR SITUAÇÃO DO RIBEIRÃO SANTA MARIA



Atendendo a um pedido do Ministério Público de Goiás (MPGO), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) realizou, no dia 28 de maio, uma reunião para debater a construção de um grupo de trabalho para cuidar e solucionar conflitos na bacia do Ribeirão Santa Maria.

Como um órgão que atua diretamente nas bacias hidrográficas da região, o CBH

Paranaíba-DF, na figura da presidente Alba Evangelista Ramos, esteve presente, assim como o coordenador do GT Melchior, Ricardo Minotti, representando a UnB.

A área da bacia apresenta algumas complexidades, pois é responsável pelo fornecimento de água para o Novo Gama, em Goiás, recebe efluentes da Saneago

(Saneamento de Goiás S.A), sofre com a extração de areia do leito do rio e com a presença de voçorocas. Por isso, além das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural – Prodema do Distrito Federal e Goiás, foram convidados o CBH Paranaíba-DF, Novacap, Saneago, Emater-DF, Serpajus, Caesb, UnB, Secretaria de Entorno do DF, Terrcap, Brasília Ambiental, Adasa, Seagri e a Secretaria de Meio Ambiente do Novo Gama.



A presidente do CBH Paranaíba-DF apresentou um retrospecto das ações durante a elaboração de um relatório a respeito da voçoroca na bacia, que gera impactos ambientais na bacia. Ela destacou ainda da importância da participação do comitê no debate, já que uma das suas competências é intermediar os conflitos nas bacias de sua circunscrição.



As promotoras de justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema) do Distrito Federal e Goiás, apresentaram algumas iniciativas, como o projeto Ser Natureza, desenvolvido em Goiás, que busca aproximar o Ministério Público das demandas da sociedade. As entidades presentes também contribuíram apresentando informações sobre a bacia. Nos encaminhamentos, uma nova reunião ficou agendada, onde as instituições presentes deverão indicar dois representantes para compor o grupo de trabalho. Um diagnóstico deverá ser elaborado na próxima reunião, com base nos relatos trazidos pelas instituições presentes.

## **PRESIDENTE DO CBH PARANAÍBA-DF FALA SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO DF, DURANTE 33º CONGRESSO DA ABES**



A presidente do CBH Paranaíba-DF Alba Evangelista Ramos, foi uma das convidadas do painel “Implementação dos instrumentos na gestão dos recursos Hídricos”, durante o 33º Congresso da Abes.

Mediada pelo secretário-geral do comitê, Carlo Renan Cáceres Brites, Alba destacou o ineditismo da pauta de recursos hídricos no congresso de saneamento e destacou os instrumentos de gestão no Distrito Federal, com foco na implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a revisão do enquadramento, que será elaborado junto com o Plano de Integração de Recursos Hídricos do Paranaíba

(interestadual). Ela lembrou que o DF ainda não possui enquadramento de água subterrânea.

A revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH), e do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), que se encontra em fase de diagnóstico também foram ressaltados por ela durante a atividade.

O painel foi parte do eixo Meio Ambiente e recursos Hídricos, e contou com a presença de representantes de outros comitês de bacias e da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA).

O 33º Congresso da Abes aconteceu nos dias 25 a 28 de maio, em Brasília.

## GT MELCHIOR QUER ENVIAR CONTRIBUIÇÕES À CPI DO MELCHIOR NA CÂMARA LEGISLATIVA



O Plano anual de atividades para 2025 do Grupo de Trabalho do Rio Melchior foi aprovado por unanimidade no dia 3 de junho, durante a 12ª Reunião do GT. Entre as sugestões, o acompanhamento dos desdobramentos da CPI do Melchior, da Câmara Legislativa, criada para investigar responsabilidades pela poluição do rio.

O coordenador dos trabalhos, Ricardo Minoti, fez uma apresentação, onde falou brevemente sobre a criação do GT, em 2023, e o tema das pautas debatidas durante esse período e de 2024. Ele elaborou uma série de encaminhamentos a serem enviados à Câmara Legislativa, para subsidiar as discussões. Entre os encaminhamentos, a mudança da visão da gestão sobre a seção da bacia hidrográfica do rio Melchior (trecho a jusante), já que a comunidade tem esperança de que os processos poluidores sejam minimizados; e ampliação da fiscalização de lançamentos clandestinos em toda a bacia do rio Melchior, inclusive no trecho a jusante. Alguns membros apresentaram contribuições que serão inseridas no documento. Ele lembrou ainda que os trabalhos da CPI e do GT Melchior tem enfoques diferentes, já que o comitê de bacias é um espaço de integração, com foco no diálogo e busca pela revitalização da bacia e seu entorno. Na próxima reunião do GT devem ser analisados outros encaminhamentos e ajustadas propostas sugeridas pelos membros.



## Comunicações

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, relatou que durante o turno matutino, participou do evento Vira Carranca, promovido pelo CBH São Francisco, juntamente com outros membros do comitê, em homenagem ao aniversário do rio São Francisco. Ela destacou a importância desses eventos para o fortalecimento dos comitês, conscientização e mobilização por recursos para viabilizar ações nas bacias.

## UTE Brasília

A representante do Instituto Arayara, Raíssa Felipe, participou da reunião, onde alertou para os riscos ambientais da possível instalação da Usina Termoeletrica de Brasília, na região do Rio Melchior. Além da poluição atmosférica, há um risco maior para os corpos hídricos e conseqüentemente a segurança hídrica na região. Ela convidou a todos para participarem dos debates sobre a Instalação da UTE e seus impactos.

## Aprovação

Além do plano de trabalho para 2025, também foi aprovado documento da síntese dos trabalhos da 11ª Reunião do GT, elaborado pelo relator Hilton Moreira.

# CBH PARANAÍBA-DF PARTICIPA DE EVENTO QUE MARCA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIO PARA INSTALAÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS BIODIGESTORAS EM ÁREAS RURAIS



Um evento para marcar o início da execução de convênio realizado entre Adasa, Caesb e Emater-DF, ocorreu no dia 03 de junho, no Assentamento Contagem, na região da Fercal.

A instalação da primeira fossa séptica biodigestora em uma propriedade rural da região é um marco inicial de ações que devem beneficiar moradores de áreas rurais do Distrito Federal. Ao todo, está prevista a instalação de 67 fossas na região, beneficiando diretamente dezenas de famílias.

A importância dos comitês de bacia na promoção da articulação entre os membros das várias entidades e comunidade, para formação da rede e celebração dos convênios foi citada durante o evento.

O secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, presente no

evento, lembrou que o primeiro convênio celebrado com a Caesb foi fruto do diálogo e intermediação dos comitês de bacias. Ele destacou a importância da ação, já que a instalação das fossas promove proteção de mananciais, controle da poluição, qualidade dos alimentos, de vida no campo, com promoção de saúde da população local.

Lembrando que para aderir ao Projeto Produtor de Águas, a propriedade rural deve possuir fossa séptica, e ou seja, a iniciativa ajuda os produtores a cumprirem os requisitos para adesão ao programa.

O evento também contou com a presença da vice-presidente do CBH Paranaíba-DF, Anne Caroline Lobo Borges, além de outros membros dos comitês distritais.

\*Com informações da Adasa

## CBH PARANAÍBA-DF MARCA PRESENÇA EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL EM DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO



No dia 3 de junho, membros do CBH Paranaíba-DF participaram do evento "Vira Carranca", em homenagem ao dia nacional em defesa do Rio São Francisco, realizado na Universidade de Brasília (UnB), pelo CBH São Francisco.

Além de fortalecer a ideia do rio São Francisco como uma rio da integração nacional, reforçando a necessidade de revitalização, o evento reuniu representantes de outros comitês de bacias, entidades, ambientalistas e comunidade interessada, para defender o fortalecimento Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

## COM PARTICIPAÇÃO DO COMITÊ, REUNIÃO DO CONSELHO DA APA DO DESCOBERTO E FLONA DEBATE PDOT

O Conselho da Área de Proteção Ambiental do Descoberto e Flona se reuniu, no dia 7 de junho, para debater a revisão do plano de manejo, expansão urbana de Brazlândia, além do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT).

Na ocasião, a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Ramos, demonstrou preocupação com a expansão urbana de Brazlândia. Segundo ela, a iniciativa pegaria um trecho da Área de Proteção de Manancial – APM Barroão.



Ela ainda questionou a Caesb, em função de ofício do presidente afirmando que a companhia teria capacidade de abastecer e tratar os esgotos, ignorando a Nota Técnica 17, onde técnicos fazem inúmeros alertas sobre os riscos da expansão para a bacia do descoberto.

O Conselho Consultivo Integrado da Floresta Nacional de Brasília e da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto é um órgão que envolve a sociedade civil e poder público no diálogo na gestão dessas unidades de conservação (Descoberto e Flona).

## **CBH PARANAÍBA-DF PARTICIPA DE OFICINA DE CAPACITAÇÃO SOBRE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS EM CLASSES**



Nos dias 10 e 11 de junho o CBH Paranaíba promoveu uma oficina de capacitação sobre o enquadramento dos corpos de água em classes, com colaboração da Agência Nacional de Águas e Saneamento e do Instituto Mineiro de Gestão da Águas.



O evento foi realizado na sede da ANA, em Brasília, e contou com a participação de nove comitês de bacias afluentes do Rio Paranaíba, numa total de mais de 70 representantes.

O CBH Paranaíba-DF levou cinco representantes, sendo a presidente Alba Ramos, o secretário-geral, Carlo Renan Cáceres Brites, o coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto, o representante da Oca do Sol, Rodrigo Werneck e a representante do Brasília Ambiental, Renata Mongin.

O encontro marca mais uma etapa de diálogo e integração entre os atores envolvidos na construção do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba.

## OFICINA REFORÇA IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO E PACTUAÇÃO ENTRE OS ATORES DAS BACIAS



O CBH Paranaíba está no processo de revisão do seu plano de bacia e dentro da proposta de integração dos afluentes na construção do documento, realizou evento conjunto com o CBH Paranaíba-DF, com participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) e Adasa, debatendo “Alternativas de Enquadramento e Plano de Ação. O objetivo da reunião foi validar a vazão de referências para enquadramento em cada unidade de gestão hídrica, definir parâmetros para serem considerados para o enquadramento e discutir alternativas de enquadramento por trechos.

O superintendente de recursos hídricos da Adasa, Gustavo Carneiro, lembrou que no

debate sobre o enquadramento, o Distrito Federal foi um dos primeiros estados da federação a discutir o tema, em 2014, e que agora duas palavras definem o processo: integração e pactuação das ações para que as metas sejam cumpridas. Ele ressaltou que o enquadramento no DF já é utilizado para fins de licenciamento, outorga, ações de gestão.

Vários membros presentes pontuaram que a maior parte dos rios do Distrito Federal são rios que se encontram em áreas urbanas e de baixa vazão, o que seria mais um desafio dentro do debate sobre a melhoria na qualidade dos corpos hídricos do Distrito Federal.



## Saneamento

A questão do saneamento dentro do debate sobre melhoria da qualidade da água foi também levantada durante o debate. Os gráficos apresentados mostraram que os índices de fósforo e coliformes no esgoto ainda se mostram elevados.

A representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Raquel de Carvalho Brostel lembrou que os tratamentos da Caesb são eficientes, já que a empresa está constantemente investindo em tecnologia e infraestrutura, mas destacou que de nada adianta investimentos de ponta no tratamento de esgotos, se não houver uma articulação entre poder público e sociedade para conter os lançamentos clandestinos.

## Dinâmicas

No final do período da manhã foi realizada uma dinâmica, que dividiu os presentes, onde cada grupo ficou com uma região hidrográfica para apontar as particularidades, necessidades e desafios daquelas bacias.

No período da tarde, os mesmos grupos debateram os problemas e possíveis soluções para os corpos hídricos da região. As contribuições levantadas durante a reunião serão agora levadas pelo consorcio responsável pelos estudos para a revisão do PIRH e enquadramento para análise.



# CBH PARANAÍBA-DF ELEGE NOVA DIRETORIA PARA A GESTÃO 2025/2027



A 33ª Reunião Ordinária do CBH Paranaíba-DF elegeu, no dia 17 de junho, uma nova diretoria para a gestão 2025/2027. Uma única chapa foi inscrita durante o processo eleitoral, composta por:

Alba Evangelista Ramos (TWRA) – Presidente  
Maurício Laxe (ICMBio) – vice-presidente  
Carlo Renan Cáceres Brites (Caesb) – secretário-geral.

Na plenária a maioria dos membros aprovou a composição da diretoria inscrita para o biênio 2025-2027.

A vice-presidente da gestão 2023/2025, Anne Caroline Lobo Borges, se despediu do comitê agradecendo o aprendizado e reforçando que a continuidade da presidente no cargo enriquece a luta dos comitês.

Logo no início da reunião, a presidente Alba Evangelista Ramos, fez uma breve síntese sobre as principais ações do comitê ao longo dos dois anos: participações em reuniões na Câmara Legislativa, no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Ministério Público, UnB, IFB, debates sobre PDOT, Plano de Bacia, além de eventos nacionais e regionais. Entre os desafios, definir a agência de bacia, cobrar a retomada da cobrança pelo uso da água, implementar o Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba-DF, além de trabalhar a revisão do enquadramento dos corpos hídricos.

### **Planos de trabalho**

A plenária aprovou os planos de trabalho da Câmara Técnica, Grupo de trabalho de Educação Ambiental e do Grupo de Trabalho do Melchior.





O coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto comunicou a necessidade de sua saída do CBH e da CT . A presidente informou que o coordenador do GTEA, Demetrios Christofidis também pediu saída. Em breve as instâncias deverão indicar e aprovar novos nomes. Foram também aprovadas as atas da 59<sup>a</sup>, 60<sup>a</sup> e 61<sup>a</sup> reuniões extraordinárias do CBH Paranaíba-DF.

## Colmeias

O vice-presidente eleito, Maurício Laxe, sugeriu que o comitê pense em iniciativas para engajar comunidades e escolas em ações de conservação da natureza, principalmente das águas, em um modelo parecido com os Coletivos Locais de Meio Ambiente (Colmeias), em Minas Gerais.

São grupos compostos por cidadãos engajados e comprometidos com a causa ambiental, que desempenham um papel de conscientização das comunidades, promovendo educação ambiental, realizando palestras, workshops e ações de sensibilização para alertar a população sobre ameaças à biodiversidade, desmatamento, entre outros.

A presidente sugeriu que o tema seja debatido na instância do GTEA.

## ADASA E COMITÊS DE BACIAS DISTRAIS SE REÚNEM PARA DEBATER TFU E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA.



Membros das diretorias dos três comitês de bacias distritais se reuniram, a convite da Adasa, para debater possíveis ajustes na Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos (TFU) e na Cobrança Pelo Uso da Água, instrumento importante da Política Nacional de Recursos Hídricos. Implantada no início de 2025, a Cobrança e TFU foram suspensas temporariamente no final de abril em função de solicitações apresentadas por usuários, principalmente de canais comunitários, acerca dos valores cobrados.

A proposta da reunião foi ouvir os comitês sobre o tema, e também apresentar análises estratégicas e propostas técnicas voltadas para a melhoria dos sistemas de cobrança, com foco no equilíbrio no uso dos recursos hídricos. A agência também informou que a Cobrança deverá ser retomada no segundo semestre.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, reforçou a necessidade de intensificar a comunicação aos usuários pagantes sobre emissão de boletos e atualização de outorgas, para

evitar desequilíbrio entre uso e cobrança. O diretor-presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro afirmou que a Adasa deverá fazer um reforço no diálogo com o setor agropecuário e de usuários de canais para sanar dúvidas.

Lembrando que a cobrança é uma conquista da sociedade, o presidente do CBH Maranhão-DF, Marcelo Benini destacou que é preciso equidade no tratamento de todos os usuários da bacia, e que as situações de exceção precisam ser, o mais brevemente, solucionadas.

O presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, lembrou que nesse primeiro momento os canais comunitários de irrigação não serão cobrados, mas é preciso intensificar as campanhas para atualização de outorgas entre esses usuários.

Os comitês realizaram duas reuniões conjuntas para falar sobre o tema da Cobrança, seus recursos, aplicação e posteriormente a suspensão. Dessa reunião saiu um encaminhamento à Adasa recomendando o “Adiamento da Cobrança apenas para os usuários de canais até o dia 31 de outubro de 2025. Neste período deverá ocorrer a revisão das outorgas. (Retomar a Cobrança para os demais)”. Lembrando que os pequenos e médios usuários individuais de recursos hídricos não serão impactados com a CBRH e a TFU, apenas os usos significativos e com benefícios econômicos relevantes.

Com informações e imagens da Adasa



# MPDFT E MPGO SE REÚNEM COM ENTIDADES PARA DEBATER SOLUÇÕES PARA RIBEIRÃO SANTA MARIA



A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodem) do Distrito Federal e Goiás promoveram, no dia 24 de junho, reunião para traçar estratégias conjuntas com órgãos públicos e entidades civis, para a proteção da bacia hidrográfica Ribeirão Santa Maria. Entre as propostas, a introdução do projeto Ser Natureza, já implantado em Goiás, que promove soluções voltadas à proteção da vegetação, dos cursos d'água, das nascentes e dos mananciais de abastecimento público. A iniciativa reúne Ministério Público e sociedade afim de priorizar demandas coletivas, por meio de conversas e parcerias em prol da proteção ambiental.

Na ocasião, os presentes na reunião foram divididos em cinco eixos de trabalho para debaterem questões sobre regularização fundiária, uso do solo, saneamento básico, educação ambiental e recuperação de áreas degradadas na região do Ribeirão Santa Maria.

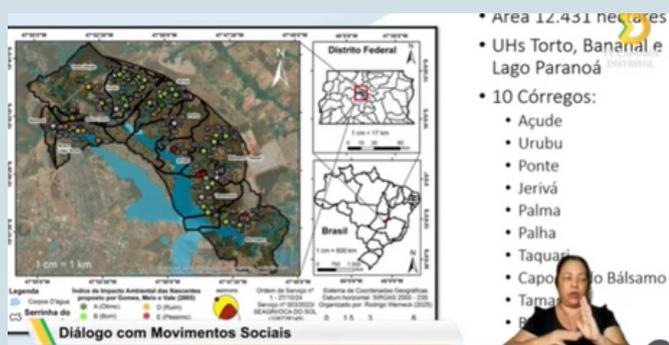
O secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, ressaltou a importância da reunião para identificar questões ambientais na região, propor soluções e mobilizar os órgãos a se responsabilizarem para as ações necessárias.

A bacia é considerada essencial para a segurança hídrica local, conservação do solo, controle de enchentes e integridade ecológica regional. O município do Novo Gama, por exemplo, utiliza água do Ribeirão Santa Maria para abastecimento da região, enquanto as nascentes se encontram no DF.

A próxima reunião deverá ser realizada em agosto, onde as instituições presentes deverão levar informações e diagnósticos sobre os assuntos levantados.



## OUTRAS PARTICIPAÇÕES



Em diálogo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, explicou a importância de preservação da Serrinha do Paranoá para os corpos hídricos do Distrito Federal.



Durante audiência pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, fez uma fala, onde demonstrou preocupação com a segurança hídrica do Distrito Federal, em função do avanço das ocupação em áreas de recarga de lençóis d'água e das áreas produtoras de água.

### Próximas atividades:

- 29/07 - 13ª Reunião do GT Melchior**
- 12/08 - 6ª Reunião da Câmara Técnica**
- 18/09 - 62ª Reunião Extraordinária**
- 23/09 - 14ª Reunião do GT Melchior**

Siga o CBH Paranaíba-DF nas redes sociais

